

UMA NOVA LEITURA DE *LEVANTADO DO CHÃO*, DE JOSÉ SARAMAGO

Camile TESCHE¹

ABSTRACT: This research aims to analyze the discourses of power present on *Levantado do Chão*, novel by José Saramago published on 1980. Focused on the author's approach of the Craves Revolution, the work tries to point out its influences on the commoners and landlords lives, as well as the transformations in the portuguese society.

Introdução

Levantado do Chão, romance publicado por José Saramago em 1980, se ocupa primordialmente da saga de uma família de camponeses pobres, os Mau-Tempo, que desde o século XV habitam Portugal, na região do Alentejo e são os escolhidos pelo autor para relatar a difícil relação do homem português com a terra e com o desenrolar dos acontecimentos por ela motivados.

Os Mau-Tempo são testemunhas e combatentes de lutas como a chegada da República, a Primeira Guerra Mundial, a Guerra da Espanha e o 25 de Abril, eventos históricos de grande importância para Portugal, e que contarão a história de Portugal de “*uma outra maneira*” – baseada naquela que não foi documentada e que está fora dos registros oficiais.

O período histórico de que a narrativa se ocupa é o século XX português, no qual o centro ordenador, por assim dizer, era a ditadura salazarista, assentada sobre uma concepção de Estado corporativista em que se encontravam harmoniosamente coligados os interesses morais, políticos e econômicos da pátria e do povo. Diante disso, a luta de classes era desnecessária, uma vez que competia ao Estado regular os conflitos.

O nacionalismo, centro das ações do governo salazarista, impunha valores como a brandura dos costumes do homem português - rural em sua essência - e rejeitava o desenvolvimento industrial. Para combater os apelos do capitalismo, o Portugal de Oliveira Salazar refugiava-se na defesa de uma ordem cristã democrática, em que a sociedade era placidamente mantida pela intersecção do Estado e da Igreja. Uma vez que a política econômica e social do regime conduzia a um apaziguamento de confrontos, para não dizer que os colocava como impossíveis de acontecer em solo português, a pergunta que se nos coloca aqui é a de qual seria o motivador para as lutas portuguesas do século XX. Mais ainda, ao selecionar como perspectiva as lutas dos camponeses, ignorantes de sua condição no sistema econômico e social português conforme salientado pelo próprio romance, como explicar qual a superação almejada por estes homens?

¹ Mestranda em Literatura Portuguesa na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Bolsista: CAPES . E-mail: tesche@usp.br

Para tentar responder a estes questionamentos, partimos do pressuposto de que não existe na narrativa uma única via de acesso à história. Para além daquela que conhecemos do período ditatorial – documentada pela historiografia - existe também uma história por se conhecer, que é a dos camponeses, de suas aspirações e suas lutas – uma história que está fora da documentação. Com isso, o romance põe-nos em contato com uma outra perspectiva de análise dos eventos históricos que, em momento algum, entra em confronto direto com primeira.

A partir das delimitações trazidas pela historiografia, o autor cria um outro campo de análise do conhecimento histórico que, se não é capaz de substituí-lo, permite-nos interrogar se aquela outra história não teria sido possível. Podemos dizer que a história dos Mau-Tempo e dos outros camponeses é bastante plausível e constrói-se de maneira bastante semelhante à escrita tradicional da história, uma vez que estabelece um eixo temporal e espacial e homens que movidos por princípios próprios e delimitados, nele se movem e agem. Em determinados momentos, esta história criada pelo autor conflui com a história de Portugal tal qual a conhecemos e figuras como Salazar e os trabalhadores mortos pela polícia política do Estado Novo, Germano Santos Vidigal e José Adelino dos Santos, dão sustentação documental à história que se apresenta.

Diante disso, temos a interpolação de duas realidades distintas, construídas a partir de mecanismos semelhantes e que, postas em contato, dão ao leitor arsenal para interrogar-se sobre o estatuto definitivo ou estabilizador do conhecimento histórico; o que permite-nos afirmar que *Levantado do Chão* apropria-se também da questão arrebanhada pela pós-modernidade acerca do fazer histórico.

O momento de produção do romance

Levando em consideração o momento de produção² e publicação do romance, Portugal naquele momento experienciava uma das características do Estado Moderno: a democracia que, anacronicamente aos outros países europeus, era uma conquista recente e, como tal, impunha uma série de questionamentos; especialmente de definição do que era e significava ser português.

Boaventura de Sousa Santos(1994), salienta que com a intensificação das trocas de bens materiais e simbólicos das últimas três décadas; devidas a disseminação de informações e imagens, a transnacionalização dos sistemas produtivos e aos deslocamentos maciços de pessoas enquanto turistas, trabalhadores migrantes ou refugiados; tem se assistido a uma desterritorialização das relações sociais na medida em que as fronteiras, até então policiadas por alfândegas, nacionalismos, línguas e ideologias deixaram de ser limitações para intercâmbios de identidades. E, ao mesmo tempo em que essa característica da chamada pós-modernidade liberta as pessoas de amarras impostas pela territorialidade como unidade privilegiada de interação, em aparente contradição, ela faz emergir discussões acerca de um conhecimento local e da construção de uma identidade nacional. (Sousa Santos,1994:54). Como exemplo,

² Em entrevista concedida a Horácio Costa na *Revista Cult* n.16, José Saramago afirma que o romance foi escrito em 1979, três anos após a convivência que teve com camponeses alentejanos por cerca de dois meses.

podemos citar alguns discursos a respeito de um “caráter nacional” do Português correntes após o fim da ditadura: o povo português é “avesso a grandes ilustrações, a grandes idéias que ultrapassam o sentido humano”, com um espírito que resiste a qualquer grande projeto nacional, para Antonio Quadros. Um povo que, para Miguel de Unamuno, diferente do espanhol, é um polvo ou, ainda, “um rebento incrivelmente frágil para ter podido aparecer e misteriosamente forte para ousar substituir”, segundo Eduardo Lourenço.

Oscilando entre visões positivadoras e negativadoras do português, contudo todas baseadas no senso comum, cumpre ressaltar que as tentativas de criar um discurso capaz de definir a identidade do povo tendiam ao desprezo de qualquer análise social e/ou política mais rigorosa e que acabava por ser internalizada pelo cidadão comum e reproduzida em suas práticas sociais.

Sousa Santos(1994), considera que talvez o fator mais determinante do caráter do português nos finais do século XX seja a coexistência, em diversos níveis, da modernidade, da pré-modernidade e da pós-modernidade e, esquecendo-se de que superação das adversidades de Portugal só se daria a partir do momento em que o país se encontrasse consigo mesmo, os intelectuais proferiam um discurso (a que ele chama *jeremiada nacional*) da decadência e da descrença do país e do povo e acabavam por projetar uma idéia desfocada de Portugal.

Uma construção de Portugal por meio da literatura?

A dupla inserção de Portugal num contexto moderno e pós-moderno teve suas dificuldades visíveis não apenas no campo da análise e crítica social, mas também na produção literária. Para Isabel Pires de Lima (2002:03), a busca pela identidade portuguesa se dá na contemporaneidade de duas maneiras. Por um lado, os autores perseguem uma explicação para o passado, adequando-se a um projeto moderno da racionalidade para analisar uma dada situação; por outro, atendendo a uma prática estética pós-moderna, levantam a necessidade de uma revisão histórica do passado recente se desperta e colocam em jogo a tensão entre a história e a ficção. Esta prática estética pós-moderna a que Pires de Lima se reporta é a metaficção historiográfica, conceito desenvolvido por Linda Hutcheon em *Poética do Pós-Modernismo*. O termo surgiu para explicar uma tendência literária que se tornou mais forte, sobretudo a partir da década de 80 e que tem, como principais características, reunir num mesmo texto a reflexão sobre a escrita da ficção – por isso o prefixo *meta* – e sobre a escrita da história – por isso o *historiográfica*. Os romances deste tipo são, segundo Hutcheon, 1991:21-22:

“... intensamente auto-reflexivos e, mesmo assim, de maneira paradoxal, também se apropriam de acontecimentos e personagens históricos, (...) a autoconsciência teórica sobre a história e a ficção como criações humanas passa a ser base para seu repensar e sua reelaboração das formas e dos conteúdos do passado”.

Em outros termos, é característica dessas obras a presença da história, cuja escrita será reavaliada a partir da visão do narrador que, ao longo do texto, faz intervenções e comentários acerca da escrita ficcional e da escrita da própria história.

Hutcheon (1991), fundamenta o conceito a partir da semelhança com que se constroem os discursos ficcional e literário que, por serem discursos, estão inseridos no momento de sua elaboração; o que leva à percepção de que o ato do historiador e do ficcionista estão ligados a um determinado contexto social e às suas forças, resultando no espelhamento de uma cultura e de seus significados. Desta forma, existe paridade na elaboração dos dois tipos de discurso e, como tal, tanto um quanto o outro remetem a um ato interpretativo.

Disso é possível inferir que a historiografia e a ficção são ferramentas complementares para a refiguração ou remodelamento da experiência humana ao longo do tempo e, ao colocá-las em diálogo, o escritor contemporâneo confronta o passado de maneira consciente, que se revela quando traz para o centro da narrativa o questionamento sobre como este passado se torna presente por meio do discurso.

Conhecendo a filiação do autor ao comunismo e a sua postura de combate à ditadura por meio de suas crônicas políticas e em intervenções públicas, parece fácil atribuir ao seu discurso um sentido ideológico universalizante; já que sua atenção está devotada aos camponeses portugueses submetidos a condições degradantes de trabalho e existência – tema que, por excelência, é marxista. Ao denunciar um sistema de repressão que está baseado na manutenção das classes sociais que, desde o princípio dos tempos, são as mesmas por conta dos recursos capazes de assegurar a sua existência ao longo do tempo, a perspectiva de José Saramago aproxima-se novamente da concepção marxista de que a promoção de mudanças na estrutura social e econômica só poderiam ser frutos da mobilização social e de uma revolução que pusesse fim às estruturas de poder. Isso se deve à consciência de um *continuum* da história – o materialismo histórico dialético - em que fica assente a noção de processo histórico ligado às ações humanas decorrentes das situações por eles encontradas.

Assim, é possível localizar algumas preocupações de *Levantado do Chão* ligadas à ideologia marxista. Some-se a isso a abordagem da alienação do homem do seu trabalho e do seu papel na sociedade, quando o autor expõe o fato de os camponeses não poderem e não conseguirem reconhecer o fruto do seu trabalho ou partilhar dele, sem ter com o quê matar sua fome e também a alienação em relação àquilo que acontecia no mundo, importante arma do discurso salazarista para sustentar a idéia de que Portugal era um oásis de paz dentro de uma Europa em crise.

No romance, desde a contracapa³, sabemos que o universo por ele criado é filtrado pelo imaginário e pelo sonho e o olhar que lança para as muitas possibilidades deixadas pelos espaços em branco da historiografia portuguesa. Através dos filtros – sejam eles suas memórias, de quem assistiu a todo o processo revolucionário, as suas convicções pessoais, as histórias que ouviu dos camponeses e as suas aspirações de que os homens

³ “Um escritor é um homem como os outros: sonha. E o meu sonho foi o de poder dizer deste livro, quando terminasse: “Isto é o Alentejo”. Dos sonhos, porém, acordamos todos, e agora eis-me não diante do sonho realizado, mas da concreta e possível forma do sonho. Por isso me limitarei a escrever: “Isto é um livro sobre o Alentejo.” Um livro, um simples romance, gente, conflitos, alguns amores, muitos sacrifícios e grandes fomes, as vitórias e os desastres, a aprendizagem da transformação, e mortes.” (contracapa in SARAMAGO, J. *Levantado do Chão*. Lisboa: Editorial Caminho, 1980.)

portugueses fossem de outra maneira - imprimem à obra a sua subjetividade, que ao desregular o tempo das experiências social e individual, oferece-se como uma visão alternativa do passado; atitude que, em última análise, significa integrar uma outra significação para os fatos que já estavam solidificados na mentalidade portuguesa e apontar a precariedade de qualquer conhecimento previamente instituído.

Com efeito, o entrecruzamento dos fatos narrados e dos fatos históricos abordados pelo romance adquire um estatuto de verdade e é capaz de justificar e produzir condutas. Entretanto, este discurso que se constrói se ocupa, primordialmente, de descristalizar aquilo que conhecemos da história e estabelece-se, intratextualmente, como uma verdade possível e, portanto, provisória que não tem como objetivo negar os saberes anteriores.

Ciente daquilo que não é competência dos historiadores, José Saramago se serve de suas lacunas e de suas afirmações para revisitá-la e tecer críticas a respeito de sua construção, para criar uma outra ficção que se apóia, duplamente, na existência de figuras históricas reais e na de homens sem história e sem lugar na documentação para, no somatório das duas, criar um discurso – por isso, precário – que seja capaz de abranger e explicar as relações humanas e sociais.

A imbricação em sua narrativa de episódios históricos e fatos sociais portugueses para questionar a responsabilidade civil dos homens antes, durante e após a restauração da democracia, aponta para o fato que, em sua narrativa, existe um diálogo muito forte com concepções previamente instituídas do estatuto social do português e que, ao longo dos anos da ditadura, mantiveram-se e reforçaram-se por imposições do Estado e pela aceitação delas por estes homens.

O salazarismo tinha como corolário a nação portuguesa ser uma nação em que “não há agitação superficial ou profunda, nem divisão de classes, nem ódios irremediáveis na grande massa, irmanada (...) na aspiração suprema do engrandecimento nacional”⁴, implicando a adoção passiva ou imposta pela força de que é esta era natureza das coisas, capaz de explicar a imobilidade dos portugueses ao longo do período ditatorial. Contudo, a passividade mantida pelos camponeses após o fim da ditadura e a permanência de sua situação marginal ao sistema econômico não permite dizer que, assim que ruíram as estruturas de manutenção do poder, encerrou-se o período de cerceamento de ações que visassem a melhores condições de trabalho.

Michel Foucault, ao analisar a permanência de certas idéias e comportamentos humanos⁵, remete-nos ao fato de que a verdade é uma criação humana, fruto de interesses sociais que se travestem e se transmitem para nós como saberes que fabricam modos de ser, de pensar, de agir e de desejos de ser de outro modo; o que permite afirmar que, para ele, qualquer conhecimento não é senão um discurso formador da verdade que produz efeitos de poder, aos quais nos sujeitamos e refletimos em práticas cotidianas. Através dela, damos-nos conta de que a verdade instituída sobre os

⁴ Trecho do discurso “*Portugal, a Aliança Inglesa e a Guerra da Espanha*” proferido por António de Oliveira Salazar em 6/7/1937. Citado a partir de TORRALBA, L.R. “*O Estado Novo. Fascismo, Salazarismo e Europa.*” in TENGARRINHA, J. (org.) *História de Portugal*. Bauru, SP: Edusc; SP: Unesp; PO: Instituto Camões, 2000.

⁵ Cf. FONSECA, M.A. *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. SP: Educ, 2003. pp.13

acontecimentos é uma verdade proferida que, ao tentar explicar a experiência humana ao longo do tempo, cria uma continuidade para eles, define leis e regras capazes de explicar a emergência, a permanência, as transformações e desaparecimento de alguns princípios de coexistência de uns homens com os outros.

Entendemos que as transformações dos alentejanos ao longo do século XX perpassam pelas concepções aqui esclarecidas de Michel Foucault na medida em que todas elas são resultantes de um processo reflexivo gerado pelas conseqüências imediatas da conjuntura social portuguesa. Ignorando o que era a Revolução dos Cravos e o seu significado, uma vez que eles não se consideravam partes ativas do processo, os camponeses não se valem daquela que foi considerada a libertação de Portugal para decidirem invadir as terras do Latifúndio. Por isso, é possível dizer que eles não se valem da interpretação de um fato e de suas potenciais revelações para construir a realidade a que aspiravam; descolando-se da autoridade de um saber instituído.

A veiculação destas reflexões, das significações da Revolução feita por José Saramago faz-nos retornar para o questionamento deixado por Foucault sobre a transformação dos saberes instituídos em verdade como uma prisão para o entendimento do homem e de sua história. Assim, estaria José Saramago assumindo o papel de criar uma nova identidade e, portanto, uma nova verdade capaz de definir o homem português no contexto posterior ao 25 de Abril?

Em primeira análise, é possível dizer que seu empenho não reside em fundamentar uma concepção sobre os portugueses, em instituir uma interpretação da realidade do passado como alternativa explicadora do presente. Nesse sentido, pode-se dizer que José Saramago compromete-se com uma investigação racional, ligada a um juízo moral, contestando as imagens cristalizadas e as justificações do poder; exercendo aquilo que Said (2005), chama de função intelectual.

Engajado em discorrer sobre os motivos e conseqüências do estado de coisas e assim orientar o seu público para uma única leitura dos fatos através do enfrentamento do passado, através da pluralidade de histórias possíveis pode se dar o redimensionamento dos valores e das significações das experiências humanas, reunindo num mesmo gesto uma ação política e crítica que não podem ser entendidas como ligadas a um discurso universalizante.

Com isso, arriscamos-nos a dizer que o autor, ao possibilitar esta outra leitura da história recente de Portugal, revela a precariedade do conceito de história como superação de adversidades, como encadeamento das ações humanas que se dirigem a um fim. Por isso, assumimos o mesmo risco de considerar que a visão possibilitada por *Levantado do Chão* sobre o século XX em Portugal e o que significou a Revolução dos Cravos para os camponeses não está apoiada na veiculação de uma concepção marxista do mundo, mas sim em revelar que, apesar das condições encontradas pelos homens, existem alternativas e saídas possíveis, as quais não compete à história explicar.

Referências Bibliográficas:

- SARAMAGO, José. (1980) *Levantado do Chão*. Lisboa: Editorial Caminho.
FONSECA, M.A. (2003) *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. SP: Educ.
HUTCHEON, Linda. (1991) *Poética do Pós-Modernismo*. RJ: Imago.

- PIRES DE LIMA, Isabel.(2002) “Traços de pós-modernidade da literatura portuguesa actual.”
Revista Semear (4) RJ: PUC - Cátedra António Vieira de Estudos Portugueses.
- SAID, Edward.(2005) *Representações do Intelectual* SP: Companhia das Letras.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de. (1994) *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- TENGARRINHA, J. (org.) (2000) *História de Portugal*. Bauru, SP: Edusc; SP: Unesp; PO: Instituto Camões.